



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1. Aquisição **de oxigênio domiciliar**, para atendimento dos pacientes do Sistema Único de Saúde, de acordo com a prescrição médica e conforme condições, quantitativos e exigências estabelecidas nesse instrumento.

Especificação e quantitativo da solicitação

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT. SOLICITADA	Valor Unitário	Valor Total
1	Recarga de Oxigênio Medicinal c/ 10m ³ (A empresa vencedora deverá fornecer o cilindro em comodato), a instalação e orientações para o paciente/responsável	Un	900	R\$ 326,60	R\$ 293.940,00
2	Recarga de Oxigênio Medicinal c/ 1 m ³ ppu (A empresa vencedora deverá fornecer o cilindro em comodato), a instalação e orientações para o paciente/responsável	Un	160	R\$ 146,69	R\$ 23.470,00
3	Kit contendo regulador de pressão, cateter nasal, umidificador com frasco de 250 ml e extensão de oxigenio 2 MT	Kit	40	R\$ 682,65	R\$27.306,00

1.2 Os bens objeto deste Termo de Referência são caracterizados como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos através de especificações usuais de mercado.

1.3 O objeto desta aquisição não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 10.121 de 14 fevereiro 2023.

1.4 A ata de registro de preços decorrente do presente certame terá vigência de 12 (doze) meses, conforme previsto no art. 84, §3º, da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada, de forma excepcional e devidamente justificada, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade e assegurado o interesse da Administração.



2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da futura contratação e de seus quantitativos, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto do presente estudo está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir.

ID PCA no PNCP: 15412257000128-0-000003/2026

Data de publicação no PNCP: 12/08/2025

ID do item no PCA: 4

Classe/Grupo: 6810 - PRODUTOS QUÍMICOS

Identificação da Futura Contratação: 929683-3/2026

<https://pncp.gov.br/app/pca/15412257000128/2026/3>

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos da contratação estão inseridos na descrição das especificações do objeto que constam no item 1.1

4.2. Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.



Garantia da contratação

4.3 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 A empresa contratada deverá iniciar a prestação dos serviços no prazo máximo de 72 horas após a assinatura do contrato e recebimento da ordem de início, garantindo a instalação dos equipamentos e o fornecimento do oxigênio medicinal para todos os pacientes previamente cadastrados pela Secretaria, juntamente com a autorização de fornecimento, expedida pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal;

5.2 O fornecedor deverá atender à solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, na residência do paciente (município de Bela Vista - MS) após o recebimento da autorização de fornecimento expedida pelo Setor, que conterá a prescrição médica, nome do paciente, endereço e contato do responsável a ser atendido;

5.3 As entregas ocorrerão de forma parcelada, de acordo com a necessidade individual, contemplando todos os itens necessários para garantir o bom funcionamento dos equipamentos;

5.4 A contratada será responsável por instalar os equipamentos no ambiente domiciliar, assegurando condições seguras de uso. Deverá também orientar paciente e familiares quanto ao funcionamento, cuidados, rotinas de segurança e procedimentos em caso de emergência. Os profissionais da empresa fornecedora deverão estar devidamente capacitados para orientação quanto ao manuseio dos equipamentos;

5.5 Observar os requisitos mínimos de qualidade, segurança, utilidade, recomendados pelas normas técnicas quanto ao manuseio dos equipamentos;

5.6 Disponibilizar equipe capacitada, munida de telefones celulares, emails, ficando disponível para qualquer convocação, inclusive aos sábados, domingos e feriados,



para responder por qualquer situação que venha a causar danos ao paciente usuário do serviço de saúde;

5.7 A empresa deve assegurar: Manutenção preventiva periódica, Manutenção corretiva sempre que necessário, Substituição imediata de equipamentos defeituosos, sem ônus adicional para a Administração e Disponibilidade de atendimento técnico emergencial 24 horas.

5.8 Continuidade do Serviço - O serviço é essencial e ininterrupto. Qualquer interrupção não justificada constitui falha grave, sujeita a penalidades e demais medidas previstas em contrato, resguardado sempre o direito dos pacientes à continuidade da assistência.

6. MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 A Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4 Após a assinatura da Ata ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5 A execução da Ata deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



6.6 O fiscal do contrato acompanhará a execução da Ata para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento da Ata todas as ocorrências relacionadas à execução da mesma, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução da Ata, determinando prazo para a correção.

6.9 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.12 O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, tomando as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo



da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.18 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.19 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da Ata.

Liquidação

7.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período;



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



7.8.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal;

7.12 Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.13 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à



existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.14 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.15 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

Prazo de pagamento

7.16 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.17 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.18 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.19 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



7.21 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.22 A Nota Fiscal deverá ser preenchida com as descrições dos itens constantes na Ordem de Fornecimento, bem como quantidade, valor unitário, valor total de cada item e valor total da nota, com os destaques no rodapé da NF dos impostos a ser retido na fonte no caso do IRRF, conforme Instrução Normativa da RF no 1.234/2021 e Decreto Municipal nº 10.106/2023 o ISSQN Conforme Lei Federal no 116/2023 e Código Tributário Municipal. Diário Oficial Edição 2128 – www.belavista.ms.gov.br.

8FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 A seleção da proposta será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, na forma de **Registro de Preços**, em conformidade com os artigos 28, inciso II, e 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, bem como o Decreto Federal nº 11.462/2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito da Administração Pública.

8.2 O critério de julgamento adotado será o de **Menor Preço Global** Justifica-se essa adoção em virtude de que a divisão do objeto poderia trazer prejuízos ao conjunto devido a necessidade de compatibilidade técnica entre os itens e fornecimento de todos itens ao paciente assistido.

Forma de Fornecimento

8.3 O fornecimento do objeto será parcelado, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde



Exigências de habilitação

8.4 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.5 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária,



respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de



declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.18 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica:

8.19 Critério de Qualificação Técnica:

a) Considerando a Resolução – RDC nº 69 de 1º de Outubro de 2008 que dispõe sobre as boas práticas de fabricação de gases medicinais; considerando a Lei nº 6360 de 23 de Setembro de 1976 que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências; considerando a lei nº 6.496/77 Institui a " Anotação de Responsabilidade Técnica " na prestação de serviços de engenharia, de arquitetura e agronomia; autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, de uma Mútua de Assistência Profissional e dá outras providências, a equipe de planejamento entende ser importante solicitar algumas documentações de qualificação técnica;

b) Responsabilizar-se pelo transporte dos Gases Medicinais em veículos apropriados para transporte de cargas perigosas, seguindo a regulamentação vigente (Decreto Lei N.º 96.044 de 18/05/88 do Ministério dos Transportes e Resolução nº 420 de 12/02/2004 da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e considerando que o IMASUL (Instituto de meio Ambiente de Mato Grosso do Sul) possui legislação própria referente ao transporte do objeto do futuro certame, entendemos ser importante solicitar a Licença de Operação para execuções de atividades para transportes rodoviários de produtos perigosos no Estado de Mato Grosso do Sul, emitido pelo órgão de fiscalização ambiental competente (IMASUL), diante ao exposto,



8.20 Solicitamos os seguintes documentos:

8.20.1 Apresentação do Alvará de Vigilância Sanitária, em plena validade, de titularidade da empresa licitante, expedida pelos órgãos de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal da sede do licitante;

8.20.2 Apresentar Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) do fabricante, fornecido pela Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa);

8.20.3 Comprovação de possuir em seu quadro de pessoal, um responsável técnico com formação em farmácia e/ou química, devidamente habilitado e registrado no respectivo Conselho Regional da Categoria profissional, o que pode ser comprovado por meio de documentos que demonstrem a sua relação laboral com a licitante (cópia da ficha de registro de empregado ou registro em Carteira de Trabalho e Previdência social ou cópia do contrato social registrado na junta comercial ou cópia do contrato de prestação de serviços que mantém com a licitante ou documento equivalente aceito pelo respectivo Conselho Regional da Categoria Profissional para fins de registro ou inscrição;

8.20.4 Certidão de registro de pessoa jurídica junto ao respectivo conselho regional da categoria profissional apresentado, com prazo de vigência válido, no qual conste a inscrição do profissional citado como responsável técnico do proponente;

8.20.5 Licença de Operação para execuções de atividades para transportes rodoviários de produtos perigosos no Estado de Mato Grosso do Sul, emitido pelo órgão de fiscalização ambiental competente (IMASUL)

9 ESTIMATIVAS DO VALOR

9.1 O custo estimado é de R\$344.716,40 (trezentos e quarenta e quatro mil e setecentos e dezesseis reais e quarenta centavos)

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



10.2 A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

2.02.13.122.0107 Fundo Municipal de Saúde

O contrato será atendido pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 2037 Programa de Atividade com rec. Do Fundo Munic. De Saúde
- II) Fonte de Recursos: 1.600.000
- III) Programa de Trabalho: Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
- IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.32.00
- V) Plano Interno: ficha 863

e

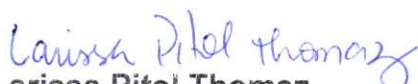
- I) Gestão/Unidade: 2037 Programa de Atividade com rec. Do Fundo Munic. De Saúde
- II) Fonte de Recursos: 1.621.000
- III) Programa de Trabalho: Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
- IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.32.00
- V) Plano Interno: ficha 852

Bela Vista/MS, 27 de março de 2026

Elaboradores:


1. Luana de Oliveira Pereira

Matrícula 3127-1 – Coordenador de Divisão de Epidemiologia e Sanitária


2. Larissa Pitol Thomaz

Matrícula 9142 – Coordenador de Divisão de Compras, Patrimônio e Almoxarifado


3. José Renato Florentino Cavaleiro
Matrícula 6505 - Farmacêutico

Aprovação:


Renato Carlos Ferreira Mendonça
Secretário Municipal de Saúde



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



INDICAÇÃO DE FISCAL E GESTOR DE CONTRATO



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Indicação do Fiscal e Gestor de Contrato: Aquisição de oxigênio domiciliar para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Bela Vista - MS

1. Fiscal de Contrato

Nome	Tiago Canhete Coene
Cargo	Gerente de Atenção Especializada
Matrícula	2854
Email pessoal	tiagocanheteadv@gmail.com
Email funcional	Saude@belavista.ms.gov.br
Secretaria de Lotação	Secretaria Municipal de Saúde
Vínculo: (efetivo/ comissionado/ contratado)	Comissionado
CPF	727.992.181-72

2. Gestor de Contrato


Nome	Luana de Oliveira Pereira
Cargo	Assistente de Serviços em Saúde II
Matrícula	3127-1
Email pessoal	<u>Luana_oliveira33@hotmail.com</u>
Email funcional	Saude@belavista.ms.gov.br
Secretaria de Lotação	Secretaria Municipal de Saúde
Vínculo: (efetivo/ comissionado/ contratado)	Efetivo
CPF	02269672127

Indicados por Renato Carlos Ferreira Mendonça – Secretário Municipal de Saúde de Bela Vista.

CONCORDÂNCIA DO FISCAL/GESTOR EM: 26/03/2026


Tiago Canhete Coene – Matrícula 2854


Luana de Oliveira Pereira – Matrícula 3127-1


Renato Carlos Ferreira Mendonça
Secretário Municipal de Saúde
Decreto "PE SEMAD Nº1666"